

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.702 - SP (2018/0339343-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EDITORA MANOLE LIMITADA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO DO VALE DE ALMEIDA GUILHERME E
OUTRO(S) - SP195805
AGRAVADO : M R DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : MIKE LUIZ SELLA DA COSTA - DEFENSOR PÚBLICO -
SP224591
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por EDITORA MANOLE LTDA. contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 271):

APELAÇÃO EMBARGOS À EXECUÇÃO - DUPLICATAS SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS.

Argumentos da ré, ora apelante, que não convencem Duplicata - Título causal - Ausência de prova segura relativa à higidez das duplicatas - Inexigibilidade dos títulos bem reconhecida.

SENTENÇA MANTIDA RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 287-292).

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 296-306), a parte recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 355, 369 e 374 do Código de Processo Civil de 2015, defendendo que houve cerceamento de defesa ante o julgamento antecipado da lide e a impossibilidade de produzir provas.

Oferecidas as contrarrazões às fls. 315-324 (e-STJ).

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. A recorrente argumenta, em suas razões de recurso, que houve cerceamento de defesa ante o julgamento antecipado da lide e que não teria tido a oportunidade de produzir provas de suas alegações, de modo que a condenação proferida pelo Tribunal teria violado os arts. 355, 369 e 374 do Código de Processo Civil de 2015.

No caso, a Corte de origem, soberana na análise do acervo fático-probatório dos autos, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 272-273):

Deveras, a apelante (credora) tem o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito (artigo 373, I, do CPC) e, à apelada

(devedora) cabe comprovar os fatos que impedem, modificam ou extinguem o direito da autora (artigo 373, II, do CPC).

O fundamento do pedido articulado pela embargante/apelada está na inexistência de causa para emissão de duplicatas encaminhadas a protesto.

Ou seja, notadamente cuidando-se de duplicatas mercantis por indicação, caberia à apelante a demonstração cabal da causa subjacente que deu origem a emissão dos títulos, nos termos do art. 373, II, do CPC. Não o fazendo, tornam-se verossímeis as alegações da apelada no sentido de que efetivamente carente de causa as duplicatas emitidas.

Isto porque, para o saque legítimo de duplicatas, título de natureza causal, é imprescindível que se demonstre a correspondente prestação de serviços ou compra e venda mercantil.

Deveras, a apresentação de duplicata por indicação a protesto impõe que o credor apresente ao oficial de protestos “os documentos que comprovam a venda e compra mercantil ou a efetiva prestação do serviço e o vínculo contratual que a autorizou, respectivamente, bem como, no caso de duplicata mercantil, do comprovante da efetiva entrega e do recebimento da mercadoria que deu origem ao saque da duplicata” (Provimento nº 30, de 19 de dezembro de 1997, da E. Corregedoria Geral da Justiça, alínea 11).

Note-se que, diferentemente do alegado pela apelante, **foi dada oportunidade a fim de comprovar a origem das duplicatas emitidas, bem como se houve entrega de mercadorias ou prestação de serviços, conforme despacho de fls. 197.**

Contudo, de tal ônus não se desincumbiu, como bem apontado pelo douto sentenciante às fls. 214:

“Entender que era dever da embargante provar que jamais existiu contrato de prestação de serviços ou compra e venda de mercadorias seria inconcebível, pois impossível demonstrar a inexistência de um fato.

Caberia, então, a embargada provar existência do negócio jurídico realizado, através de prova documental ou testemunhal, nos termos do artigo 373, II do CPC.

Porém, a embargada não demonstrou a entrega das mercadorias à embargante, conforme documentos de fls.201/206.

Assim, a duplicata emitida não teve causa.”

Verifica-se, portanto, que o Colegiado estadual formou suas conclusões com base no substrato fático-probatório dos autos. Modificar este entendimento, acerca da distribuição do ônus probatório e da suficiência das provas produzidas para que ocorresse o julgamento antecipado, exigiria, necessariamente, a reanálise das circunstâncias fático-probatórias, o que é vedado em âmbito de recurso especial, ante o óbice do enunciado 7 da Súmula deste Tribunal.

Ademais, cumpre acrescentar que, conforme entendimento pacificado por esta Corte Superior, o mero julgamento antecipado da lide não gera cerceamento de defesa.

Corroboram essas conclusões os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1.
INDEFERIMENTO DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE E ALEGAÇÃO DE
CERCEAMENTO DE DEFESA. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 2. ANÁLISE DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Alterar a conclusão do Tribunal local para acolher a pretensão recursal, quanto à existência de cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide e ao indeferimento do pedido de denunciação da lide, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1265464/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131, 332, 334, I, DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. JUIZ É DESTINATÁRIO FINAL DAS PROVAS. **JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.** SUFICIÊNCIA DAS PROVAS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/73. REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA PARA AFASTAR OS HONORÁRIOS RECURSAIS FIXADOS. AGRAVO PROVIDO PARCIALMENTE.

(...)

2. No que tange ao alegado cerceamento de defesa ante o julgamento antecipado da lide, também não ficou caracterizada a violação de literal disposição legal, pois o juiz, como destinatário da prova, é livre para determinar as provas necessárias ou indeferir as inúteis ou protelatórias.

3. Para se concluir que a prova cuja produção fora requerida pela parte é ou não indispensável à solução da controvérsia, seria necessário se proceder ao reexame do conjunto fático-probatório, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

4. Impossibilidade de majoração dos honorários recursais, na forma do § 11 do art. 85 do NCPC, visto que o aresto recorrido fora publicado na vigência do CPC/1973.

5. gravo interno a que se dá parcial provimento, tão-somente afastar os honorários advocatícios recursais fixados na decisão ora agravada. (AgInt no AREsp 1116396/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018)

2. Registre-se, por fim, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea *a* quanto pela alínea *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO VERBAL DE LOCAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

2. A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 834.644/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 12/04/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. DANO MORAL. MONTANTE. EXORBITÂNCIA NÃO EVIDENCIADA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ÓBICE QUE TAMBÉM INVIABILIZA A ANÁLISE DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. NÃO INCIDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

2. O Enunciado n. 7/STJ impede também o conhecimento do dissídio jurisprudencial, tendo em vista que, "ainda que haja semelhanças objetivas entre os casos, sempre haverá diferenças no aspecto subjetivo" (AgInt no REsp 1692421/SC, Rel. Ministro Lázaro Guimarães, Desembargador Convocado do TRF 5ª Região, Quarta Turma, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018).

(...)

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1270221/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018)

3. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator